

«O bairro e a prisão: a erosão de uma fronteira»^{*}

Manuela Ivone P. da Cunha. Universidade do Minho, CCHS, IDEMEC

“Mobilidade” e “circulação” serão em muitos casos sinónimos. Noutros, adquirem sentidos divergentes sendo que um dos termos enquadrará uma dada realidade com mais precisão e propriedade do que o outro. À partida, «mobilidade» parece supor abertura e indeterminação de limites e de itinerários (embora na prática toda a mobilidade se venha a confrontar incidentalmente com tais limites). No trânsito de pessoas que me ocupa, porém, dir-se-ia que o itinerário já consta do «script», que o percurso está já balizado. É a mobilidade dada num traçado. Falo dos trajectos colectivos que têm lugar em Portugal, desde a década de 90, entre as figuras do bairro e da prisão. É pois de «circulação», de uma circulação colectiva, que se trata (não me refiro assim a esse «movimento perpétuo» de indivíduos reincidentes ou reclusos de «porta giratória», que repetidamente saem e entram na cadeia).

Esta circulação maciça entre o bairro e a prisão tem por eixo o narcotráfico e organiza-se por duas vias, vias estas que podem ser entendidas como duas faces da mesma moeda. Não podendo analisá-las aqui em pormenor, limitar-me-ei a identificá-las. A primeira releva de certas lógicas colectivizantes que a repressão do tráfico induziu no funcionamento dos campos policial e judicial. São tais lógicas que se desprendem do processamento dos arguidos quando por exemplo parentes, amigos e vizinhos presentes no local onde foi encontrada droga são objecto de uma prisão preventiva conjunta, ou quando núcleos de pessoas descontínuos entre si são justapostos num mesmo processo judicial. Daí o efeito de «rede» -- que se poderá ver

^{*}Agradeço à Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research o contributo para esta investigação. São recuperadas neste artigo partes de Cunha (2002).

juridicamente traduzida nas figuras de «bando» ou «associação criminosa», mas à qual um ponto de vista sociológico negaria consistência (ver Duprez e Kokoreff: 234-235, 2000; Cunha, 2002) - -, um efeito que é assim não raro produzido pela própria gestão judicial dos processos. No entanto, este tipo de mecanismos judiciais apenas refina os efeitos, também eles massificantes, de uma acção policial muito espacializada em certos bairros. Dado que a investigação dos crimes de droga não repousa na queixa da vítima, as forças policiais tendem a revelar-se mais pro-activas em relação a determinadas categorias socio-espaciais e por conseguinte a probabilidade de detenção é maior no seio dessas categorias. E aqui, de facto, como estudos vários têm vindo a constatar (Jefferson, 1993; Smith, 1986; Flowers, 1988), o estatuto do bairro considerado como um todo é muito mais decisivo nesta selectividade policial do que o estatuto individual das pessoas, seja ele socio-económico ou étnico-«racial». Certos bairros constituem-se deste modo em alvos colectivos e rotineiros das polícias, como acontece com as chamadas *rusgas*, em que pessoas e bens podem ser objecto de um arresto relativamente indiferenciado.

É certo que o mercado retalhista de droga propriamente dito -- a outra via de trânsito entre o bairro e a prisão -- trouxe aos bairros depauperados das periferias urbanas portuguesas uma estrutura de oportunidades ilegais efervescente e, sobretudo, de fácil acesso (Chaves, 1999). De feição marcadamente *free-lancer* (para seguir a proposta tipológica de Johnson *et al*, 1992), ela é, em todo caso, muito mais aberta que a dos narcomercados de mesmo patamar noutros países, dominados desde a década de 90 por um modelo empresarial que tornou ainda mais cerradas toda uma série de barreiras à entrada que já aí operavam, nomeadamente étnicas e sexuais (*e.g.* Maher, 1997). Sucede em acréscimo que a economia retalhista da droga em Portugal veio ancorar-se em solidariedades familiares e vicinais, e foi acomodada por dispositivos tradicionais de empréstimo e entreaajuda muito robustos nestes bairros, como é o caso do *fiado* (Cunha, 2002). Esta parece ser, de resto, uma das razões pelas quais é aqui ainda

incipiente esse anónimo *lumpen* multiexcluído e multi-alienado que prolifera desde há alguns anos noutros narco-contextos (*e.g.* Ruggiero e South, 1995: 126-127).

Trata-se, assim, de uma estrutura de oportunidades apropriável por todos, e apropriável pelo bairro tal como ele é. Não é por isso, todavia, que nele emergirão as «grandes redes» que as forças da lei e da ordem colocam em cena. Esse não é mais do que o formato que a visão policial e judicial apõe ao tráfico. Na verdade, e a despeito de muitos dos processos judiciais colectivos onde essa visão se manifesta, o tráfico retalhista evolui o mais das vezes em tais bairros através de uma multiplicidade de círculos variáveis, flexíveis e de pequena dimensão. E apesar de muitos dos parceiros do tráfico serem recrutados no universo dos parentes -- mas tanto quanto o são no universo dos vizinhos --, estas coligações apresentam esse mesmo perfil de fluidez, instabilidade e atomização. Estamos longe, portanto, do paradigma familialista da *mafia*.

Temos então os dois lados da moeda que fazem do bairro o lugar onde se constituem hoje as fileiras prisionais. É assim que a geografia da reclusão se tornou extraordinariamente previsível e monótona, sendo muito reduzido o leque de topónimos que situa as origens residenciais dos actuais habitantes das cadeias. Esse leque é o dos bairros mais precarizados das grandes áreas metropolitanas. Assim é também em «Tires» (Estabelecimento Prisional de Tires) - como é conhecida a cadeia central de mulheres onde realizei trabalho de campo em dois momentos separados por uma década (Cunha, 1994; Cunha, 2002).

Ora, quer desemboquem na prisão simultaneamente, por via de processos colectivos, quer sucessivamente, um após outro, por via de uma continuada focalização pro-activa das polícias no bairro, são muitos os parentes, conhecidos e vizinhos que se reencontram em Tires. As parentelas que aqui se desenham, por exemplo, podem envolver mais de uma dezena de pessoas (entre tias, primas, cunhadas, irmãs, etc., sem contar com os familiares masculinos presos noutros estabelecimentos) e podem envolver quatro gerações (quando à filha e à neta se vem somar o

bisneto, entretanto nascido na prisão). Os circuitos do parentesco cruzam-se por sua vez com os de vizinhança para delinear extensas redes de relações pré-constituídas (convém não confundir, pelas razões a que já aludi, tais redes carcerais com redes de tráfico, nem inferir a dimensão das últimas da extensão das primeiras). Provindo dos mesmos bairros, a maioria das reclusas chega à prisão articulada em redes de interconhecimento combinando laços de parentesco, amizade e vizinhança. Tais laços pré-prisionais vêm assim intersectar centenas de vidas -- quando nas prisões o que é suposto ser de regra é precisamente o inverso, isto é, elas combinar-se-iam ao acaso.

Uma das ideias mais correntemente associadas à prisão é a de «um mundo à parte». E independentemente do que em concreto traduzirá para cada um essa noção de um mundo à parte, pelo menos ela evocará um corte com o exterior, uma interrupção, um parêntesis num percurso de vida. Essa é também a ideia que de uma forma ou de outra tem atravessado os estudos prisionais e tem estado subjacente às perspectivas teóricas sobre a prisão. Neste sentido poder-se-ia falar de um regime de representação da prisão, um regime que tem governado com uma notável constância e consenso o olhar sobre estes universos -- seja ele leigo, académico ou especializado. É esse regime de representação que o recente aparecimento das redes de interconhecimento acima referidas vem, de algum modo, subverter.

Em 1987, quando fiz o primeiro trabalho de campo em Tires, os muros da cadeia materializavam ainda, de facto, uma ruptura com o exterior, ou instituíam uma fronteira com grandes implicações sociológicas e simbólicas. Ser preso era não só ser separado de uma teia de relações anteriores --o que significava que a prisão começava por representar uma espécie de hiato social --, como acarretava também um estigma que punha à prova uma identidade anterior. O estigma tinha aqui uma clara inscrição espacial, pois era basicamente a reclusão que atestava de uma condição desviante e reduzia uniformemente as prisioneiras a essa condição. Mas ao

mesmo tempo a prisão assinalava uma marginalização relativamente circunstancial. O estigma circunscrevia-se de certa forma aos limites materiais e temporais da detenção e era possível ocultá-lo após a libertação. E tratando-se de uma marginalização pontual, era também possível resistir à identidade negativa que a reclusão vinha impor.

Ora, era justamente este ensejo de resistência que organizava as percepções e discursos das reclusas sobre as co-reclusas. De facto, a rejeição de uma identidade desviante ia de par com a desqualificação das colegas, para as quais transferiam o seu próprio estigma. Todos os registos da vida prisional eram apropriáveis para comunicar este distanciamento em relação às co-detidas, desde as representações sobre os crimes -- em que os alheios emanariam de uma natureza delinquente e confirmá-la-iam, enquanto os crimes próprios mais não revelariam do que um mero acidente de percurso -- até às representações sobre a homossexualidade, hiperbolizada pelas constantes imputações depreciatórias que então se entrecruzavam. O mesmo acontecia nas representações sobre o pessoal prisional, onde a censura do seu desempenho não traduzia a antológica oposição *staff*-prisioneiros, mas antes veiculava a censura das co-reclusas e era indissociável dela: ou seja, o *staff* era depreciado não por ser *staff*, mas por se prestar a atender presas intrinsecamente viciosas e manipuladoras, desordeiras e não-merecedoras ou, como resumia uma reclusa, *esse tipo de gente*. O mesmo sucedia nas representações sobre a amizade, a partir das quais se produziu uma espécie de véu discursivo que ocultava as práticas de solidariedade e de entreaajuda, de apoio afectivo, de partilha de bens e confidências que caracterizavam os pares de amigas ou os pequenos círculos de relações preferenciais. No léxico usado na prisão não constavam, porém, os vocábulos «amiga» e «amizade». Para descrever tais relações recorria-se a expressões como por exemplo *sou muito unida com*, *dou-me com*, *simpatizo com*. Daí que a invariável resposta negativa que obtinha com a genérica pergunta «Tem amigas?» fosse dissonante da precisa nomeação a que procediam quando eu inquiria, mais

especificamente, «Quantas amigas tem?». Quando uma reclusa me afirmava que *Aqui não há amigas, há é boas companheiras. As amigas é lá fora*, exprimia eloquentemente a oposição intra/extra-muros em que se ancorava esta representação das relações sociais na cadeia. Na verdade, esta distinção terminológica entre *amigas* e *boas companheiras* parecia menos comunicar diferentes graus de proximidade, envolvimento e identificação pessoal do que o facto de as «verdadeiras» relações serem situáveis apenas fora do contexto prisional, já que, como as reclusas insistiam em apontar, a prisão *É um intervalo na vida; É um tempo perdido*; ou, *Não é o mundo real*. Por outro lado, este velar da amizade era também coerente com as dinâmicas de auto-demarcação face ao conjunto abstracto das co-internadas, dinâmicas essas que levavam à proliferação de fronteiras entre as reclusas. Posso adiantar que hoje o vocábulo *amiga* circula sem quaisquer freios em Tires, não só porque o dispositivo estigmatizante deixou de operar nos mesmos termos no interior da própria categoria reclusa, como muitas amigas vêm também, de facto, lá de fora -- assim como a prisão deixaria de ser, de certa forma, *um intervalo na vida* para passar a ser uma das suas etapas.

Acontece que no presente o estigma também tem uma inscrição espacial, mas deixou de se confinar aos muros da prisão para remontar ao bairro. Por isso ele é bem mais profundo e menos reversível. A marginalização que esse estigma assinala é agora mais estrutural do que circunstancial. Em parte por isso, pelo facto de o estigma ser menos negociável, e sobretudo menos ocultável, a cadeia deixou de ser o palco que outrora foi das lutas simbólicas onde se encenava essa resistência. Se quisermos, há lutas, e os conflitos são até mais agudos do que no passado, mas deixou de haver lutas simbólicas. A estigmatização que outrora a prisão representava institui-se agora a montante da detenção, isto é, institui-se pela própria pertença a certos bairros que hoje é habitual verem-se conotados com toda a sorte de patologias. Mas sobretudo a prisão banalizou-se no bairro. A maior parte das mulheres de Tires tem vizinhos ou

familiares que estão ou estiveram presos, pelo que as reclusas se mostram cientes de que à saída não se depararão com uma especial reprovação ou sobrançeria. Rarefez-se por conseguinte a preocupação em ocultar a detenção, que uma década antes tanto ensombrava a antevisão da libertação: cada uma fantasmava acerca da possibilidade, então aliás assaz remota, de se cruzar no exterior com uma ex-detida e assim arriscar a exposição do seu passado. Hoje, posto que muitas reclusas provêm dos mesmos bairros, uma tal ocultação não seria mais exequível, mesmo que fosse tentada. Em segundo lugar, os visitantes deslocam-se agora a Tires em conjunto, usufruindo da boleia de um ou outro vizinho que vem visitar uma parente -- e aproveita para visitar, da mesma feita, uma vizinha presa.

Mais do que banalizada, a prisão «normalizou-se». Quando ao fotografá-las procurava evitar os seus rostos (para que, evidentemente, não fossem posteriormente identificadas e porque me recordava das costas que se voltavam e das caras que se cobriam quando algumas equipas de reportagem se deslocaram no passado a este estabelecimento prisional), com frequência as detidas insistiam, ao contrário, para que eu as captasse de frente, aprontando pose e sorriso. Uma que ainda não conhecia pediu-me um retrato, dizendo que já tinha fotografias em todas as prisões -- onde tinha estado enquanto presa ou enquanto visitante -- e a esta colecção faltava a de Tires.

Gerou-se aliás nestes bairros uma espécie de circuito prisional em que os estatutos de preso e de visitante são deslizantes, quase intermutáveis, uma vez que uma mesma pessoa passa de um para outro em diferentes momentos. A prisão é portanto uma realidade já muito presente antes da reclusão, o bairro incorporou já a prisão no seu quotidiano. Assim banalizada e normalizada, a prisão viu erodir-se a fronteira simbólica que antes representava. Além disso, a própria iniciação de uma reclusa na vida prisional far-se-á com parentes, amigos e vizinhos ou por parentes, amigos e vizinhos, o que ajuda a sustentar a identidade pessoal e social num mundo que em princípio a suspende, quando não a tritura. Agora, ao invés, há todo um filtro de relações

pré-constituídas que se interpõe entre a ordem penitenciária e a pessoa.

Mas se o bairro incorporou a prisão, pode dizer-se que, de certo modo, a prisão incorporou o bairro. Por vezes sucede que o encarceramento abrange um leque de tal modo vasto de parentes, amigos e vizinhos que a prisão acaba por absorver quase integralmente o círculo dos próximos de uma reclusa. Desta forma, é toda uma retaguarda de apoio no exterior que se vê desguarnecida, retaguarda essa que normalmente desempenha um papel crucial em várias frentes e etapas da reclusão. Não só muitas reclusas se verão privadas daquele tipo de extras que amenizam a vida prisional (encomendas, alimentos, dinheiro para os «alfinetes»), como também se verão desprovidas das garantias de apoio exterior que são condição necessária para obter a liberdade condicional, ou ainda do apoio testemunhal aos acusados durante o julgamento (é agora frequente as reclusas preventivas recorrerem aos próprios membros do *staff* da cadeia para testemunharem a seu favor, o que cria alguma ambiguidade nos papéis que este desempenha). Estes extensos vácuos que o encarceramento deixa no bairro (extensos em número de ausentes e em tempo de ausência) têm do mesmo modo consequências extra-muros -- por exemplo, aquelas que em relação ao passado mudaram significativamente as formas de guarda e tutela das crianças que ficaram no exterior. Até há uma década, raros eram os filhos de pais presos que desaguavam em instituições de acolhimento, ficando ao cuidado de parentes, amigos ou vizinhos. Estas solidariedades de proximidade permanecem actuates, mas os recentes fenómenos de encarceramento colectivo induzem nos mecanismos de entreaajuda uma sobrecarga que acaba por conduzi-los ao colapso: quer porque a tais parentes, amigos ou vizinhos vão chegando, pelas mesmas vias, outras ainda crianças ainda (que se acrescentam àquelas que já guardavam), quer porque eles mesmos são por sua vez presos (o que gera novos «stocks» de menores a redistribuir, ao mesmo tempo que reduz as opções de guarda existentes). Tais crianças entram assim num instável e imprevisível circuito, e muitas delas acabarão de facto por crescer em instituições.

Além destes efeitos intra e extra-muros, a transposição maciça de redes de parentes, amigos e vizinhos para o contexto carceral veio também a ter consequências nas noções que orientam a sociabilidade interna e mediante as quais as reclusas se entreavaliavam. E há que não esquecer que não estamos já perante um aglomerado heteróclito de indivíduos que contactam pela primeira vez na prisão e aí tecem relações *ab initio*, mas perante um conjunto de teias pré-urdidadas que aí desembocam. A avaliação das co-reclusas deixou com efeito de decorrer de lutas simbólicas cujas armas eram internas, feitas de materiais prisionais, para passar a assentar em critérios exógenos -- como é o critério do *respeito*, por exemplo (que aparece qui inteiramente ligado não a hierarquizações prisionais, mas a valores familiares ou de senioridade parental), ou como é ainda o caso da noção de *chibanço* (delação), cuja interdição não decorre de qualquer código prisional ou criminal, mas de códigos vicinais de solidariedade. Deste modo, como por exemplo mostrou Chaves (1999: 273-279) para o bairro do Casal Ventoso, mesmo alguém que execra profundamente o tráfico execrará ainda mais a ideia de denunciar um traficante que seja, como ele, «filho do bairro».

Mas não é só por tudo isto que a vida interna deixa de ser auto-referencial. Na verdade, o quotidiano intra-muros interpenetra-se constantemente com o quotidiano do bairro. É que as amplas redes de interconhecimento que articulam as reclusas entre si na cadeia articulam-nas também a uma malha exterior comum de parentes, amigos e vizinhos (pois o círculo de relações de cada reclusa intersecta-se ou mantém relações lá fora com o círculo de próximos de uma outra). Tal estreita a relação do quotidiano prisional com o bairro, na medida em que os eventos, incidentes e conflitos que se produzem num repercutem-se de imediato no outro. Os dois quotidianos afectam-se assim mutuamente de maneira permanente. É assim que a vida interna deixa de ser configurada pela fronteira prisional e é neste sentido que se poderá falar de uma erosão dessa fronteira.

De facto, ao perímetro material da prisão deixou de corresponder uma ruptura social e simbólica, assim como deixou de lhe corresponder o que se poderia designar de ruptura temporal, que fazia com que o sentido da progressão interna e o da progressão externa aparecessem às reclusas de outrora como que desfazados. A progressão interna era representada como um eterno presente, estático, feito de não mudança e descosido do passado e do futuro, realidade temporais estas só concebíveis ou situáveis enquanto tal lá fora. Hoje, da mesma maneira que parentes amigos e vizinhos fizeram convergir o bairro e a prisão, também instilaram um sentido de diacronia na duração intra-muros e sincronizaram-na com a progressão externa (para uma análise mais detalhada ver Cunha, 2002). Hoje, o afastamento físico do exterior pode evidentemente gerar, tal como no passado, alguns deslassamentos relacionais e laborais, embora mesmo estes configurem com menor nitidez o redobramento simbólico da fronteira interior-exterior. Assim, por exemplo, as parceiras por quem os cônjuges terão traído ou abandonado as mulheres presas poderão elas mesmas vir a ser reclusas em Tires e aí receber as visitas dos maridos daquelas, fazendo com que a gestão dessa ruptura por parte das reclusas que a sofreram não seja de ordem radicalmente diversa da que levariam a cabo no exterior: enfrentam *in loco* as sombras dos companheiros e das rivais, o falatório da vizinhança -- que conhece todos os vértices destes triângulos amorosos --, e amparam-se em amigas de longa data, também presentes na cadeia. Por outro lado, a instabilidade laboral e o desemprego intermitente que já afectava a maioria das detidas antes da reclusão (ambos muito mais vincados agora do que no passado), fazem da ruptura prisional ligada ao trabalho mais uma entre tantas outras. Aliás, neste intervalo penitenciário vão reproduzir-se relações e sentidos laborais similares aos pré-carcerais, ao contrário do que sucedia com as reclusas do passado: o trabalho deixou de ser entendido como uma espécie de moralizante «técnica disciplinar» à qual se procura escapar, para passar a ser activamente procurado e posto ao serviço do consumo; emergem entre as detidas mais abastadas

empregadoras informais em tudo semelhantes às «patroas» para quem as suas subordinadas trabalhavam antes da reclusão -- entre outros exemplos possíveis.

Ora, além de continuar a concentrar no mesmo espaço, tal uma clássica «instituição total» (Goffman, 1968), a esfera da residência, do trabalho e do lazer, a prisão torna-se na aparência hiper-total (passe a impossibilidade semântica) ao incorporar física e simbolicamente o bairro. Mas é exactamente porque o incorpora, porque não é mais um hiato social e temporal, que Tires escapa a modelos teóricos como o de Goffman, modelos estes cujo eixo lógico é precisamente a ruptura intra/extra-muros. Além do mais, uma trama prisional intrinsecamente translocal, construída dia-a-dia entre a prisão e o bairro, é também por isto mesmo arredia a um olhar que procure ou o seu texto ou o seu contexto na cadeia, quer dizer, um olhar que *a priori* aceita que os muros da prisão delimitam invariavelmente uma unidade de análise, tal como outrora se supunha que deles decorria inevitavelmente uma cultura¹. De algum modo Tires vem ensinar que a descontinuidade que esses mesmos muros materializam não deverá ser um ponto de partida analítico mas, desde logo, uma questão empírica. Essa é uma profiláctica prova do olhar a que Tires nos convida. Em todo o caso, o bairro e a prisão devem ser colocados em continuidade analítica se quisermos compreender os processos e os circuitos prisionais contemporâneos. Uns e outros mostram-nos que a prisão se tornou inteiramente uma instanciação do bairro, o que de resto só nos surpreenderá se nos abstrairmos dos trajectos colectivos que se dão entre ambos. Dada a escala a que estes trajectos se desenrolam hoje, dir-se-ia que o bairro se distendeu até à cadeia (ou que esta se dilatou até ao bairro) e esta nova via de exclusão colectiva não deixará decerto de compactar outras fronteiras que o encerram nas margens.

¹ Os estudos prisionais foram com efeito longamente marcados pela ideia de «cultura prisional», uma cultura que seria relativamente autónoma do exterior (*e.g.* Sykes e Messinger, 1960), mesmo quando se dava o caso de ser vista como uma coalescência de culturas de raízes diversas (*e.g.* Irwin e Cressey, 1962).

Referências bibliográficas:

Cunha, Manuela P. da:

1994, *Malhas que a Reclusão Tece. Questões de Identidade numa Prisão Feminina*, Lisboa, Cadernos do Centro de Estudos Judiciários.

2002, *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajectos*, Lisboa, Fim de Século.

Chaves, Miguel:

1999, *Casal Ventoso: Da Gandaia ao Narcotráfico*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Duprez, Dominique; Kokoreff, Michel:

2000, *Les mondes de la Drogue*, Paris, Odile Jacob.

Flowers, Ronald B.:

1988, *Minorities and Criminality*, Nova Iorque, Greenwood Press.

Goffman, Erving:

1968 [1961], *Asiles. Etudes sur la Condition Sociale des Malades Mentaux*, Paris, Minuit.

Irwin, John; Cressey, Donald:

1962, «Thieves, Convicts and the Inmate Culture», *Social Problems*, nº 10: pp. 142-155.

Jefferson, Tony:

1993, «The Racism of Criminalization: Policing and the Reproduction of the Criminal Other», in L. Gelsthorpe e W. McWilliam (eds.), *Minority Ethnic Groups and the Criminal Justice System*, Cambridge, University of Cambridge Institute of Criminology.

Johnson, Bruce; Hamid, Ansley; Sanabria, Harry:

1992, «Emerging Models of Crack Distribution», in T. Mieczkowski (ed.), *Drugs, Crime, and Social Policy: Research, Issues, and Concerns*, Boston, Allyn and Bacon: pp. 56-78.

Maher, Lisa:

1997, *Sexed Work. Gender, Race and Resistance in a Brooklyn Drug Market*, Oxford, Clarendon Press.

Ruggiero, Vincenzo; South, Nigel:

1995, *Eurogrugs. Drug Use, Markets and Trafficking in Europe*, Londres, UCL Press.

Smith, Douglas:

1986, «The Neighborhood Context of Police Behavior», in A. Reiss e M. Tonry (eds.), *Communities and Crime*, Chicago, University of Chicago Press.

Sykes, Gresham; Messinger, Sheldon:

1960, «The Inmate Social System», in Richard Cloward et al, *Theoretical Studies in Social*

Organization of the Prison, Nova Iorque, Social Research Council: pp. 5-19.